



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680027 - MG (2021/0218576-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : THALIS FERNANDES DAS MERCES BATISTA E OUTRO
ADVOGADOS : SILMARA OLIVEIRA DE LIMA - MG197451
THALIS FERNANDES DAS MERCES BATISTA - MG208384
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MARCO TULIO SILVA TERCIO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCO TULIO SILVA TERCIO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC 1.0000.21.082704-4/000).

O paciente cumpre pena privativa de liberdade de 18 anos, 11 meses e 20 dias de reclusão.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente do acórdão que não conheceu do *habeas corpus* impetrado perante o Tribunal de origem contra a decisão do juízo da execução que determinou a regressão do paciente ao regime fechado, em razão da suposta prática de falta grave durante o cumprimento da pena em prisão domiciliar monitorada.

Sustenta, em síntese, a nulidade da decisão proferida pelo Juízo de origem, em razão da violação do disposto no art. 118, § 2º, da LEP, mormente por não ter sido realizada audiência para oitiva do paciente.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, a fim de declarar a nulidade da decisão que determinou a regressão do paciente ao regime fechado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido confunde-se com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria

por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente